



## **Evolution of the connections between production and consumption and its impacts on the dynamics of a territory: the case of Mocajuba in the eastern Amazon – PA**

### **Evolução das conexões entre produção e consumo e seus impactos sobre as dinâmicas de um território: o caso de Mocajuba na Amazônia oriental – PA**

Pauline H. C. M. Cuenin<sup>1</sup>, Marc Piraux<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Viçosa (UFV), pauline.cuenin@ufv.br

<sup>2</sup> Centre de coopération International en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD), UMR Tetis, Universidade Federal do Pará (UFPA)

**Resumo.** Pelo alongamento das cadeias alimentares, o sistema alimentar global gera um distanciamento dos produtores agrícolas com os consumidores. Em frente dessa conjuntura global, movimentos locais de resistência destacam-se propondo iniciativas de reaproximação entre agricultores e sociedade. Assim, o objetivo desse trabalho foi analisar a evolução desses processos de desconexão e reconexão entre produção e consumo, assim como as reconfigurações territoriais provocadas por esses movimentos nas últimas décadas num município da Amazônia Oriental: Mocajuba- PA. Para atender ao objetivo, foi realizada uma análise dos fluxos de produtos agrícolas e alimentares entre o município e o exterior e dentro do município, complementada por uma análise da trajetória do território nas últimas décadas e dos projetos de desenvolvimento local atuais. Destacou-se um aumento relevante dos fluxos de produtos agroindustriais vindo de fora do município a partir dos anos 2005, permitido pelos programas sociais que elevaram a renda da população, e chegando muito fortemente nas zonas rurais. Isso se traduz por uma dependência cada vez maior dessas zonas rurais em relação aos novos produtos alimentares, e por uma marginalização das zonas mais isoladas tendo menos acesso a esses produtos. Porém, observou-se movimentos de valorização de produtos de base alimentar amazônico, a farinha de mandioca e o açaí, o que permite às zonas rurais de não ser totalmente dependentes ou excluídos das dinâmicas globais. Mais recentemente, iniciativas de reaproximação entre produtores e os consumidores mocajubenses estão sendo feitas, tendendo a dinamizar as zonas rurais embora algumas fiquem à margem desses projetos de desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** globalização, sistemas agroalimentares, re-configurações territoriais, Amazônia

## **1 Introdução**

Em um mundo cada vez mais globalizado, a sociedade está se desconectando da natureza. Desde o início da globalização do sistema agroalimentar, em meado da década dos anos 80, a alimentação passa por um processo de desenraizamento com sua base ecológica. Esse processo é visível tanto ao nível da produção dos produtos agrícolas como do consumo dos alimentos (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017). De fato, os “Impérios Alimentares”, que estruturam-se como um novo modo de ordenamento do sistema alimentar global, baseiam-se em modelo de produção explorando a natureza e concentram a maioria dos mercados globais agrícolas e alimentares, provocando essa multitude de desconexões (VAN DER PLOEG, 2008).

Em particular, esse novo sistema alimentar global gera um distanciamento dos produtores com os consumidores pelo alongamento das cadeias alimentares. As cadeias alimentares longas anonimam os alimentos, sua identidade, sua procedência e quem está por trás, sendo uma característica do modo industrial de produção de alimentos (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017).



Em frente dessa conjuntura global, movimentos locais de resistência destacam-se, tal como os processos de manutenção e valorização de produções culturais e locais, e iniciativas de reconexão dos produtores com os consumidores. Renting, Marsden e Banks (2017, p. 34) enfatizam o papel das cadeias curtas como “canais para a criação de novos vínculos entre agricultores e sociedade, produtores e consumidores” no âmbito do desenvolvimento rural.

Esses movimentos de distanciamento e reaproximamento entre quem produz e quem consome se repercutem sobre os territórios e suas dinâmicas. A Amazônia, e em particular a Amazônia brasileira, é marcada por um grande patrimônio socio-cultural, que inclui produtos e culturas alimentares específicos, mas também por dinâmicas globalizadas por ser uma zona de interesses econômicos fortes. Essas características peculiares fazem da Amazônia uma zona interessante de estudo das evoluções das configurações dos vínculos entre os agricultores familiares e os consumidores e seus impacto sobre o território.

Assim, o objetivo desse presente trabalho é de analisar a evolução desses processos de desconexão e reconexão entre produção e consumo assim como as reconfigurações territoriais provocadas por esses movimentos nas últimas décadas num município da Amazônia Oriental: Mocajuba- PA.

## **2 Área de estudo e procedimentos metodológicos**

A área de estudo, Mocajuba, é situada a 200 km ao Sul de Belém, na beira do rio Tocantins. A população do município é de 26 731 habitantes, incluindo 18 279 na área urbana e 8 452 na área rural (IBGE, 2010). Sua superfície é 870.8 km<sup>2</sup>. A maioria dos produtos agrícolas produzidos no município provém de uma agricultura familiar muito ativa no território (95% dos agricultores).

O território de Mocajuba pode ser dividido em quatro áreas:

- A área “Quilombola” da margem direita do rio na qual a produção principal é a farinha de mandioca, é a área a mais isolada do território mocajubense;
- As “Ilhas” do rio onde moram os ribeirinhos; as atividades principais sendo a pesca e o extrativismo (açaí, borracha, murumuru, cacau, etc.);
- A área da “Terra Firme” que inclui: uma área de bacia de produção da farinha de mandioca, e da pimenta do reino (o cultivo de renda) e uma área quilombola com uma produção diversificada, mas também centrada na farinha de mandioca;
- O “Centro” urbanizado de Mocajuba.

Para alcançar o objetivo desse trabalho, uma análise dos fluxos dos principais produtos agrícolas e alimentares entre o município e o exterior e dentro do município foi realizada. Essa análise foi complementada por uma análise da trajetória do território nas últimas décadas e dos projetos de desenvolvimento local atuais. Para isso, foi recolhido dados secundários (trabalhos de pesquisa, dados de empresas, de administrações etc.), e dados primários coletados através de entrevistas semi-estruturadas e estruturadas feitas com vários atores do território (agricultores familiares, membros do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR, Secretário da Agricultura, responsável e feirantes do mercado municipal, gerantes de supermercados, membros de diversas associações do município, etc.). Além disso, foi vivenciado o cotidiano de algumas famílias das diferentes áreas afim de entender melhor as relações das pessoas com os alimentos e as dinâmicas presentes nas diferentes áreas. Durante todo esse trabalho de campo, observações e anotações de descrições



e reações no caderno de campo foram realizadas afim de entender de maneira geral as dinâmicas globais do território.

### **3 Das bases alimentares tradicionais ao aumento dos produtos agro-industriais e suas consequências**

Como cultura alimentar da população do Estado do Pará, principalmente das populações ribeirinhas, o açaí sempre foi a base alimentar das comunidades ribeirinhas de Mocajuba, tradicionalmente acompanhada de farinha de mandioca, peixe e camarão. O açaí, o peixe e o camarão, produtos que se encontram espontaneamente no ambiente dos rios amazônicos, eram tradicionalmente extraídos e autoconsumidos por essas famílias das “Ilhas” e uma pequena parte era voltada para a comercialização no “Centro” do município. A farinha de mandioca era também um produto alimentar tradicional em Mocajuba, produzida na “Terra Firme” e na área “Quilombola”, autoconsumida pelas famílias dessas zonas rurais e comercializadas no resto do município e nas comunidades dos municípios vizinhos.

No entanto, essa dinâmica tradicional do território mocajubense e o sistema alimentar local associado, se transformou por duas causas principais nos anos 1980. A primeira é a ativação de uma barragem hidro-elétrica em 1985 construída no rio Tocantins em amonte de Mocajuba 10 anos atrás da sua ativação o que gerou consequências fortes sobre os recursos de peixes do rio, e então sobre a base alimentar e a vida das populações ribeirinhas. Além disso, o apogeu da cultura da pimenta do reino da “Terra Firme” nos anos 70-80, cultura que chegou em Mocajuba nos anos 60, se acompanhou da elevação do nível de vida dos produtores de pimenta e das pessoas trabalhando com o negócio dessa cultura, e, portanto, da modificação nas necessidades e padrões de consumo por parte da população. Assim, no início dos anos 90, chegaram produtos agro-industriais vindo de fora do município no mercado de Mocajuba, como o arroz, o feijão, a carne bovina e o frango.

Nos anos 95, a crise da pimenta do reino (caída do preço no mercado internacional e doença dos pés de pimenta) teve como consequências o êxodo rural de proprietários da “Terra Firme” para fora do município ou para o “Centro” de Mocajuba e, uma modificação dos sistemas de produção voltando para culturas mais tradicionais como a mandioca. No mesmo período (1998), a chegada da eletricidade no “Centro” acompanhou-se de novas necessidades e modificações nos sistemas de consumo com a compra de produtos manufaturados (televisão, geladeira etc.), associado ao aumento de consumo de produtos agro-industriais no “Centro” do município.

No entanto, foi durante a década dos anos 2000 que observou-se um aumento revelante dos fluxos agro-industriais vindo principalmente da grande região (Estado do Pará) e do nível nacional associado a vários fatores. Primeiramente, uma série de programas sociais foram desenvolvidos ao nível nacional a partir dos anos 2002 contando essencialmente com o programa Bolsa Família em 2003 o que permitiu um aumento da renda das populações principalmente rurais e seu acesso a novos produtos.

Nesse processo, é importante ressaltar o decreto de reconhecimento e de desenvolvimento das populações tradicionais de 2007, decreto nº6.040/2007, que permitiu o reconhecimento de comunidades quilombolas (na “Terra Firme” processo começado em 2008 com recepção do título completo em 2013) e que tornaram essas populações e seus territórios prioritários para a aplicação dos programas nacionais como o acesso a eletricidade, a bolsa família etc. A política de reforma agrária permitiu também a criação de um assentamento nas



Third International Conference  
**AGRICULTURE AND FOOD  
IN AN URBANIZING SOCIETY**

17 - 21 SEPTEMBER 2018 | PORTO ALEGRE | BRAZIL



“Ilhas” do município em 2008 a partir do qual cada família recebeu uma quantidade de dinheiro para adquirir alimentos e bens de primeira necessidade.

Associados entre outros ao seguro de defesa de pesca e a aposentadoria, esses programas nacionais permitiram aumentar as condições de vida dos habitantes, principalmente nas zonas rurais e das comunidades tradicionais, e também suas condições de acesso aos bens de consumo : os produtos agro-industriais e manufaturados. Esse acesso a esses produtos foi possível também pelas melhorias das infraestruturas de transporte entre as zonas rurais e o “Centro”, e entre o município e o exterior.

O acesso a esses produtos agro-industriais e a abundância desses produtos no mercado mocajubense trouxe mudanças nos modos de consumo alimentares. De fato, tornando-se cada vez mais para esses produtos agro-industriais, as populações de Mocajuba deixaram de consumir alguns produtos do seu ambiente próximo, desvalorizando cada vez mais esses produtos locais. Um morador das “Ilhas” de 76 anos, confirma que há 30 anos “comíamos peixe, açaí e farinha todo dia, feijão e arroz era uma vez por ano, hoje, comemos todo dia”. Foi relatado também, que nesse contexto, alguns deixaram de produzir farinha de mandioca em algumas áreas da “Terra Firme” e da área “Quilombola”.

Assim, teve uma homogeneização dos padrões alimentares entre o “Centro” e as diferentes zonas rurais do território mocajubense se tornando cada vez mais para produtos agro-industriais vindo de fora do município. Apesar do processo de homogeneização global dos modelos de consumo, a penetração da globalização alimentar no território mocajubense implicou também um processo de marginalização da zona “Quilombola” por ser mais isolada e não ter o mesmo acesso a todos os benefícios dos programas e de maneira geral a todos esses produtos agro-industriais

Mas, de maneira geral, a ampliação da quantidade desses produtos agro-industriais impostos pelos “Impérios Alimentares” (VAN DER PLOEG, 2008) da globalização criam uma dependência cada vez maior das zonas rurais e das suas populações em relação a esses produtos alimentares, substituindo produtos tradicionalmente produzidos e consumidos nas comunidades rurais. A chegada desses produtos agro-industriais de cadeia longa de produção provoca um desenraizamento das populações rurais com sua base natural, sua cultura alimentar e seu ambiente local, inserindo-as na lógica do sistema agroalimentar global dominante (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017).

O sistema agroalimentar coporativo desvalorizou os produtos alimentares culturais e locais, e a população de Mocajuba chegou a valorizar a outros tipos de produtos como os refrigerantes ou biscoitos industriais. O problema é que esses produtos submetidos a população são alimentos poucos nutritivos e com altos riscos a saúde (SCNEIDER, 2017). Observou-se nas zonas rurais de Mocajuba muitas crianças comendo esses produtos como se fosse frutas gerando muitos problemas dentárias e de obesidade, notando também que são essas populações que têm menos acesso aos centros de saúde.

Uma outra consequência negativa da penetração desses produtos do sistema alimentar global no território é a multiplicação do lixo no meio-ambiente. De fato, esses produtos agro-industriais vêm com muitas embalagens, e a gestão do lixo nas zonas rurais ainda não sendo efetiva, a população continua jogando essas embalagens geralmente plásticas no meio-ambiente como se fosse qualquer resíduos orgânicos de qualquer alimento sem ter a consciência dos danos ao meio-ambiente que podem causar essas embalagens.





## **5 A valorização de produtos de base alimentar amazônica : entre estratégias de resistência, tentativas e riscos**

Apesar da integração da maioria das áreas rurais do município no sistema alimentar global que se traduz por um afastamento dos moradores rurais com seu ambiente próximo, alguns produtos de base alimentar tradicional amazônica se destacaram esses últimos anos por ser objeto de valorização.

O cultivo da mandioca para transformação em farinha ainda é uma das principais atividades agrícolas de uma parte da área da “Terra Firme” e da área “Quilombola”, sendo produzida para o autoconsumo e fonte de renda. Sousa e Piraux (2015) enfatizaram que a produção de farinha de mandioca da comunidade de Baratinha situada na “Terra Firme”, teve que passar por algumas adaptações para melhorar sua qualidade o que se acompanhou de uma série de experimentação e de troca de informação por parte dos agricultores afim de se estabelecer no mercado do “Centro” de Mocajuba e resolver as dificuldades de comercialização da farinha.

Assim, as mudanças feitas no processo produtivo da farinha por essa comunidade da “Terra Firme” para ter um reconhecimento na qualidade da farinha produzida assim como a manutenção do reconhecimento da qualidade da farinha das comunidades da área “Quilombola” são exemplos de estratégias de resistência dos camponeses em frente as forças do sistema alimentar global. De fato, segundo Van Der Ploeg (2008, 2009), essa resistência acontece em vários níveis e sob várias formas construindo uma multiplicidade de respostas que reconectam as pessoas, as atividades e os projetos. Essas estratégias de resistência, como encontradas no caso da farinha de mandioca de Mocajuba, permitem estabelecer ou manter novas ligações com o consumidor, criar visibilidade do produto por trazer uma identidade própria, e aumentar a autonomia dos produtores (VAN DER PLOEG, 2008).

Essas estratégias de resistência e de reaproximação com os consumidores locais são importantes para atender as necessidades das famílias agricultoras e para criar um dinamismo dessas zonas rurais. Mas, é importante também ressaltar as ameaças externas a esse processo pela chegada na “Terra Firme” de grandes proprietários investindo por exemplo no cultivo da pimenta do reino, ou na criação de gado, grilando as terras e águas dos agricultores familiares, sendo um tipo de ameaça externa à agricultura familiar citada por Van Der Ploeg (2014). O projeto BBB (Belém Bioenergia Brasil, formada pela Petrobras e a Galp de Portugal) entrado em 2013 com um projeto de cultivo de dendê nas propriedades dos agricultores familiares num objetivo inicial de produção de biodiesel podia ter também ser vista como uma ameaça, os agricultores podendo deixar de cultivar outros produtos alimentares básicos para a produção de dendê. Sua saída em 2015 deixou os agricultores comprometidos sem apoio.

Um outro fenômeno interessante a mencionar no território mocajubense é o desenvolvimento do cultivo do açaí, produto da base alimentar amazônica. Nesses cinco últimos anos, foi observado um fluxo de venda crescente das “Ilhas” para o “Centro” de Mocajuba (que é vendido depois por meio de atravessadores para o mercado regional para ser batido diretamente, ou para empresas de transformações para exportações nacionais e internacionais). O cultivo de açaí de várzea é tradicional nas “Ilhas” e é representativo do agro extrativismo realizado nessa área. Ele se desenvolveu bastante nesses últimos anos em resposta ao crescimento da demanda regional, nacional e internacional. Mas, é importante salientar, que, em Mocajuba, o sistema de técnicas e práticas adotado fica no domínio dos ribeirinhos e não está imposto por agentes externos, mostrando a capacidade dos



agroextrativistas de Mocajuba, a responder a um mercado regional, nacional ou ainda internacional com uma cultura tradicional. Essa valorização dos recursos locais permite dinamizar a área das “Ilhas” do município, com essa atividade que se torna de renda.

No entanto, ve-se nesse fenômeno vários riscos. Primeiro, de responder a uma demanda nacional ou ainda internacional, o açaí tende a entrar em cadeias alimentares longas como é o caso para o açaí de outros municípios da região conhecidos como sendo grandes produtores de açaí, e portanto, perder sua identidade ao longo da cadeia até chegar a um consumidor bem longe da realidade amazônica. Homma et al. (2006) mostraram também como a expansão do consumo da polpa de açaí está promovendo a exclusão social dos consumidores com menor poder aquisitivo que eram tradicionalmente os principais consumidores e a introdução de novas formas de manejos para aumentar as proutividades.

Na “Terra Firme” de Mocajuba, já pode observar o florescimento de áreas de cultivo de açaí irrigado, desconectando essa planta a seu ambiente e manejo tradicional. Com a demanda crescente e os programas do Governo do estado do Pará em aumentar a produção de açaí, a implementação de novas áreas de açaí irrigado na “Terra Firme” na forma de cultivo solteiro ou em Sistemas Agroflorestais deve aumentar, podendo concorrer com os outros produtos de base alimentar das famílias rurais e o açaí manejado de forma tradicional das “Ilhas”.

Para resumir, a valorização desses produtos são importantes para reaproximar o agricultor e o consumidor com seu ambiente e cultura local e dinamisar as zonas rurais produtoras, no caso, as “Ilhas” para o açaí, e a área “Quilombola” e a “Terra Firme” para a farinha de mandioca. Mas, muitos cuidados são a tomar para não cair na lógica dos “Impérios Alimentares” que tendem a alongar as cadeias de abastecimento e eliminar os saberes, as memórias e a identidade dos produtos alimentares.

Em frente da riqueza dos recursos locais das “Ilhas”, outros produtos do agroextrativismo das “Ilhas” poderiam ter sido valorizados pelos ribeirinhos pelo reconhecimento da origem e da qualidade desses produtos como o cacau. Mas, esses processos de valorização ainda enfrentam várias dificuldades. Por exemplo, em 2013, o comprador de cacau do município iniciou um processo para valorizar esse produto através de uma certificação orgânica em conjunto com alguns agricultores mas a tentativa foi um fracasso em frente das dificuldades burocráticas do processo encontradas pelos agricultores.

## **6 Iniciativas de reconexão da produção local com os consumidores mocajubenses**

Em frente da grande dependência do município aos produtos agroindustriais vindo de fora do município, destacou-se também fluxos de produtos alimentares locais entre as diferentes áreas de Mocajuba. Esses fluxos de poucas intensidades correspondem a iniciativas de reaproximação dos produtores rurais locais com os consumidores, feitas no âmbito de valorizar e aumentar a produção local para abastecer a demanda local.

A partir do ano 2016, salienta-se uma dinamização na construção e implementação do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que pode conduzir a valorização de produtos que até então permanecem geralmente dentro das comunidades ou das propriedades rurais, e assim reduzir a dependência aos alimentos externos. Nesse objetivo, a secretaria da agricultura tentou iniciar projetos com os agricultores da “Terra Firme” para promover a produção local para uma utilização futura no PNAE. Por exemplo, projetos de criação de peixe e de distribuição de sementes de feijão foram iniciados. Outros produtos locais como a



Third International Conference  
**AGRICULTURE AND FOOD  
IN AN URBANIZING SOCIETY**  
17 - 21 SEPTEMBER 2018 | PORTO ALEGRE | BRAZIL



mandioca e seus derivados, o maracujá, o giromon por exemplo devem também estar integrados ao PNAE.

Além disso, o PNAE trabalhará também com a criação de galinhas caipiras que desenvolveu-se bastante no município por iniciativas próprias de alguns agricultores. Mesmo se as quantidades vendidas no mercado são mínimas em comparação com o volume de frangos industriais, esta iniciativa é um exemplo concreto de iniciativas locais, com potencialidade de crescimento no município. Nessa mesma ideia de re-aproximar produtores agrícolas e consumidores mocajubenses, o STTR começou a promover os produtos locais com a realização de feiras agroecológicas em 2016.

Mas, essas iniciativas para reconectar produtores e consumidores confrontam-se a muitas dificuldades. Primeiramente, a segunda edição da feira agroecológica fracassou por uma razão que o STTR levantou: os agricultores quanto os consumidores faltam de sensibilização quanto à importância de valorizar os produtos locais. De fato, o STTR teve grande dificuldade em mobilizar tanto os produtores quanto os consumidores e observou que eram os consumidores os mais educados (médicos, professores etc.) que vinham comprar os produtos na feira. Por esperar informar, sensibilizar e emancipar mais agricultores e consumidores sobre o assunto, o STTR em parceria com a UFPA e a ONG Fase, começou a organizar oficinas e seminários sobre diversos temas ligados a agroecologia.

Essa falta de sensibilização aos produtos locais é também relacionado a hegemonia e a concentração do poder dos “Impérios Alimentares” que faz com que seja cada vez mais difícil para os agricultores de vender outros tipos de produtos e fora das cadeias de abastecimento longas controlados por eles (VAN DER PLOEG, 2009). Colocando novos produtos no mercado local que fazem concorrência aos produtos agro-industriais, o risco maior é que as grandes empresas fazem cair os preços dos seus produtos para ser ainda mais competitivos. Isso foi o que aconteceu quando um dos antigos secretaria da agricultura começou a desenvolver criação de galinhas caipiras com os agricultores. Esse risco é então a tomar em consideração.

Enfim, uma outra dificuldade é diretamente ligado ao contexto político atual. De fato, em 2016, foi extinto o Ministério do Desenvolvimento Agrário que era responsável pelos programas de apoio e de desenvolvimento da agricultura familiar (como o PNAE ou o PAA) transferindo suas atribuições para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, o que gerou uma série de mudanças institucionais. Além disso, em 2017, o conjunto dos programas voltados ao apoio da agricultura familiar sofreu cortes orçamentários (RECINE, 2017). Essas mudanças institucionais e cortes orçamentários fragilizam a implementação desses programas e seu acesso por parte dos agricultores familiares.

Essas novas iniciativas, mesmo se ainda de pequeno alcance, frágeis e sujeitas a muitas ameaças e riscos, tendem a reconfigurar as cadeias de abastecimento alimentar criando novos vínculos entre agricultores e sociedade e aproximando os consumidores da origem dos alimentos e da sua localidade, como enfatizado por Renting, Marsde e Banks, (2017). Isso foi possível através da capacidade de resistência e de articulação de vários atores locais promovendo novos tipos de projetos de desenvolvimento rural baseados na valorização dos produtos locais. Esses mecanismos de reaproximação do produtor ao consumidor permitiram iniciar uma dinâmica em diversas zonas rurais do município, mas essencialmente na zona rural da “Terra Firme” na qual a maioria dos projetos de desenvolvimento rural estão voltados. Isso converge com as idéias de Goodman (2017) e Renting, Marsden e Banks



(2017) que mostram que a reconfiguração dessas cadeias de abastecimento é subjacente à emergência de novas práticas de desenvolvimento rural

Mas, tem de ressaltar que esses projetos atingem principalmente a zona rural da “Terra Firme” deixando à margem as “Ilhas”, e ainda mais a zona “Quilombola” que sempre foi mais isolada de vários processos que seja de integração no sistema alimentar global ou de reaproximação das relações com os consumidores do “Centro”.

## **7 Considerações finais**

Nesse trabalho, observou-se uma penetração da globalização alimentar nas diferentes zonas do município de Mocajuba a partir dos anos 2005 com uma ampliação na quantidade dos produtos agro-industriais oferecidos no mercado mocajubense e pelo acesso cada vez maior nesse período das populações rurais a esses produtos, permitido principalmente pelos programas sociais. A chegada de grande intensidade desses produtos de cadeia longa de produção em Mocajuba e suas zonas rurais, gerou processos de desvalorização dos produtos locais e do que eles vinculam (a identidade cultural, o ambiente ecológico, os saber-fazer), provocando um distanciamento dessas populações com os produtos alimentares locais tradicionais, com consequências sobre a saúde e o meio ambiente.

Em contra-posição a esse processo hegemônico de penetração do sistema alimentar global, estratégias de resistência de agricultores familiares se desenvolveram para tentar dar visibilidade aos produtos tradicionais locais, e reaproximar os produtores locais com os consumidores de Mocajuba, reconfigurando as cadeias e dando mais autonomia ao território. Mas, essas tentativas que permitem desenvolver certas zonas rurais como a “Terra Firme” e as “Ilhas” enfrentam dificuldades, ameaças e riscos.

Assim, para reforçar essas iniciativas e dinamizar a emergência de novas estratégias, políticas públicas voltadas a formação e ao acompanhamento seriam necessárias no objetivo de superar as dificuldades encontradas em termo de formação e de fragilidade da ação coletiva. Esse apoio para incentivar os processos de transição deveria ser promovido a partir de quadros políticos local, regional e nacional, no sentido contrário da desconstrução atual de certas políticas públicas ao nível regional e nacional, e da frágil governança local. No entanto, confrontada a diversidade social existente nesse território e geralmente na Amazônia com povos de raízes culturais diferentes (comunidades quilombolas, ribeirinhas, agricultura familiar da “Terra Firme”), o desafio é grande no que tange à criação de políticas públicas, sendo necessário a adaptação a essa forte diversidade social.

Enfim, é importante ressaltar a perspectiva do sistema alimentar como um todo, como uma abordagem que permite repensar os modelos clássicos de desenvolvimento do território, e que permite estimular múltiplas estratégias, como favorecido por exemplo pela agroecologia. De fato, na Amazonia particularmente, a perspectiva do sistema alimentar pode levar importantes reflexões para repensar o agroextrativismo.

## **Referências**

GOODMAN, D. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas : conectando produção e consumo. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). . **Cadeias curtas e redes Agroaliment. Altern. negócios e**





Third International Conference  
**AGRICULTURE AND FOOD  
IN AN URBANIZING SOCIETY**  
17 - 21 SEPTEMBER 2018 | PORTO ALEGRE | BRAZIL



**mercados da Agric. Fam.** 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 59–82.

HOMMA, A. K. O. et al. Açai : novos desafios e tendências. **Amazônia: ciência e desenvolvimento**, v. 1, n. 2, p. 7–23, 2006.

RECINE, E. O Programa Nacional de Alimentação Escolar: o mundo se inspira, seremos capazes de manter os avanços? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 12, 2017. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2017001200503&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001200503&lng=pt&tlng=pt)>.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Compreendendo as redes alimentares alternativas : o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). . **Cadeias curtas e redes Agroaliment. Altern. negócios e mercados da Agric. Fam.** 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 27–52.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). . **Cadeias curtas e redes Agroaliment. Altern. negócios e mercados da Agric. Fam.** 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 9–24.

SOUSA, F. F. De; PIRAUX, M. A construção social da qualidade da farinha de mandioca em comunidades rurais na Amazônia paraense. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 3, p. 199–222, 2015.

VAN DER PLOEG, J. D. Cadernos de debate : Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas**, n. 1, p. 1–16, 2014.

\_\_\_\_\_. **Camponeses e Impérios Alimentares**. [S.l: s.n.], 2008.

\_\_\_\_\_. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revistas Agrícolas: Experiências em Agroecologia**, n. Especial, p. 17–32, 2009.